



Parques urbanos e seu papel no ambiente, no turismo e no lazer da cidade

DOI: 10.2436/20.8070.01.32

Sidnei Raimundo

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas, Brasil, com Pós-Doutorado na Universidade de Girona, Espanha. Professor da Universidade de São Paulo, Brasil.

E-mail: sraimundo@usp.br

Antonio Carlos Sarti

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Brasil. Professor da Universidade de São Paulo, Brasil.

E-mail: asarti@usp.br

Resumo

Os parques urbanos mudaram suas funções nos últimos 150 anos, desde espaços para um controle social das massas de trabalhadores no início da revolução industrial, para locais que presentemente são uma das maiores expressões de luta pelo direito à cidade e às práticas de lazer e turismo. Nessa lógica, os parques urbanos foram resignificados, adquirindo importância ligada aos serviços ecossistêmicos que estes prestam à sociedade atual. O objetivo principal deste artigo foi demonstrar a importância dos parques urbanos como prestadores de serviços ecossistêmicos, associado à regulação ambiental e à informação (lazer e turismo). Os procedimentos se embasaram em pesquisa bibliográfica sobre o macro tema: parques urbanos, em sua trajetória modernamente entendido; e em análises desenvolvidas pelos autores a partir do debate realizado no grupo de pesquisa em “territorialidades, políticas públicas e conflitos na conservação do território”, da EACH-USP. Os resultados apresentam dados sobre os serviços de regulação e de lazer e turismo oferecidos pelos parques urbanos para os cidadãos das grandes cidades e sobre as motivações das pessoas em se ligar à natureza ofertada nesses espaços.

Palavras-chave: Parques Urbanos; Serviços Ecossistêmicos; Lazer e Turismo; Floresta Urbana; Planejamento Urbano.

1 INTRODUÇÃO

Com o aparecimento do capitalismo industrial, no século XVIII, as relações entre lazer e trabalho tornaram-se mais evidentes e dicotômicas. Primava-se por longas jornadas

de trabalho, marcadas por pausas que respeitavam a necessidade de produção e não um ritmo natural de trabalho e produção. Ocorria uma glorificação do trabalho, que ia ao encontro dos ideais capitalistas emergentes, pois, no início, na lógica do capitalismo, não existia tempo para o lazer. A ociosidade foi muito criticada, atingindo todos os segmentos da sociedade, ressaltando-se o tempo como moeda no mercado de trabalho.

O trabalho tomou um peso tão grande, que no início do século XX, buscou-se novas técnicas e métodos para despertar nas pessoas o gosto pelo trabalho, a fim de diminuir índices de falta e aumentar a produtividade. Parte dessas técnicas teve nos parques urbanos um grande instrumento de dominação, como se verá mais adiante. Concomitantemente, começaram as conquistas na área social, tais como: redução da jornada de trabalho, descanso semanal remunerado, possibilidade de férias anuais e aposentadoria, entre outras. Algumas destas conquistas foram motivadas também pelo aumento da produtividade e não só pelas lutas sindicais.

Estas conquistas consolidaram o aparecimento do tempo livre e do acesso ao lazer e ao turismo, em potencial nas diversas classes, apesar da existência de extensas camadas da população que não tivessem ainda acesso a um mínimo de bem estar material.

Nesse processo, verifica-se um distanciamento e até um descaso da sociedade com a natureza. A modernidade gerada no capitalismo, alicerçou-se numa concepção ultrapassada de natureza. Esta era (e ainda é) considerada por alguns como uma fonte infinita e inesgotável de recursos.

A população urbana ultrapassa a rural nos países ocidentais a partir da segunda metade do século XX e tem-se como tendência o aumento de tal concentração. Com isso, o homem que vive nas cidades perde paulatinamente o contato com o mundo natural. Nas grandes cidades vive-se e trabalha-se em ambientes fechados, não raro com temperaturas controladas, onde o contato com as intempéries e variações climáticas (chuva, neve, frio, calor, noite, dia, etc) são, em alguns casos, quase nulos.

Mesmo nos espaços abertos das cidades, o contato, ou conhecimento, do chamado mundo natural (THOMAS, 1996) é bastante restrito: existem estudos de climatologia urbana que indicam como os ventos, ao chegarem numa cidade muito verticalizada, acabam tendo sua trajetória desviada pelos altos prédios e tomando os traçados das ruas - não há uma direção definida na movimentação do vento nas grandes cidades, como indicado nos estudos de Calvez (1981). Os habitantes das grandes cidades não sabem a direção do vento, ou perderam essa percepção, ao contrário de outras comunidades como os caiçaras (habitantes do litoral sul/sudeste brasileiro) que sabem a direção predominante do vento (se ele está vindo do norte, do sul...) e mais que isso, tais comunidades conhecem as implicações meteorológicas destes ventos, ou seja, se vai chover ou se o tempo se manterá com sol.

Outro aspecto com relação ao distanciamento da natureza nas grandes cidades diz respeito à vegetação. Esta foi completamente alterada no sítio urbano, existindo apenas na forma de arborização (paisagismo) de algumas ruas e praças ou nos quintais de algumas periferias ou bairros-jardins mais abastados. Os parques urbanos, tema central desse artigo, também não fogem a esta regra. São ainda em número e área reduzidos, alguns em total abandono e muitos deles não cumprem uma função ambiental tais como: conservação de espécies de fauna e flora nativa, produção de água, controle de erosão, entre outras. Esta redução e alteração da cobertura vegetal primitiva, além destes problemas ambientais e ligados à materialidade da vegetação, podem gerar outros problemas, como uma carência psicológica em seus habitantes. Por exemplo, alguns estudos discutem os efeitos das cores nas pessoas, sendo o verde considerado uma cor tranquilizadora. Sua ausência (o verde da arborização) pode provocar distúrbios psicológicos (TISI-FRANCKWIAK, 1991). Assim,

o ambiente urbano, muito artificializado e gerando um distanciamento cada vez maior da natureza acaba gerando as chamadas doenças modernas: estresse, hipertensão, entre outras.

Nessa linha, outro problema é que a OMS (Organização Mundial de Saúde) aponta um ideal de áreas verdes por habitante. A OMS indica pelo menos 10 m² de área verde urbana por habitante. As cidades brasileiras apresentam índices abaixo dessa recomendação, ao contrário de outros países da América Latina, como Argentina e Chile, cuja relação entre quantidade de áreas verdes urbanas e seus habitantes é pelo menos cinco vezes maior que a realidade brasileira¹.

É preciso ponderar esses números, pois se pode incorrer em problemas similares ao das discussões sobre *renda per capita*. Ou seja, a média pode mascarar desigualdades e disfunções. É necessário, portanto, considerar a distribuição das áreas verdes pelos bairros da cidade, garantindo a todos o acesso a essas áreas. Nessa linha, a ideia e os preceitos de uma floresta urbana ganha força, como se discutirá mais adiante.

Nesse sentido, novas formas de lazer e turismo estão sendo buscadas e têm crescido bastante nas cidades aquelas relacionadas ao contato com a natureza. Tal fato reflete as necessidades de mudança almejadas por nossa sociedade. Nessa argumentação, turistas que visitaram a cidade de São Paulo em 2014 elegeram, segundo dados do órgão municipal de turismo – SPTURIS -, os dez melhores pontos turísticos da cidade². Dois deles eram destinos de natureza: Parque do Ibirapuera e Jardim Botânico. Isso se constituiu em elemento importante de pesquisa, pois refletem a opinião de turistas e não de moradores. Os turistas, segundo dados da SPTURIS visitam São Paulo por motivos ligados a eventos e compras. Mas é curioso constatar que numa metrópole com a paisagem altamente artificializada, com rica gastronomia, teatros, museus, entre outros equipamentos; eles elegeram locais “naturais” para visitarem como esses parques, donde se pode inferir que mesmo em lugares como o da paisagem da cidade de São Paulo, a natureza é também mote de visitação. Engrossam, assim, o contingente de moradores que procuram esses remanescentes de espaços naturais na cidade e reforçam o papel dos parques na vida hodierna dos cidadãos.

Nessa carência de áreas verdes que encontramos na maioria das grandes cidades brasileiras, aliadas às necessidades das pessoas de “re-ligação” com a natureza, os parques e praças constituem-se atualmente em locais intensamente visitados da cidade, mesmo que eles só tenham espécies exóticas (não nativas) e não cumpram nenhuma função ambiental maior.

Assim, na cidade contemporânea, os equipamentos e atividades de lazer e turismo têm nos parques urbanos um forte aliado. Eles refletem um ideal e um imaginário sobre a natureza e meio ambiente dos cidadãos, na tentativa de re-encontrar ou religar-se à natureza.

Pensar e oferecer perspectivas sobre os parques urbanos como direito à cidade e como direito a um lazer e turismo de qualidade, são os interesses desse artigo. O percurso para a presente elaboração está embasado numa revisão bibliográfica acerca das relações entre a sociedade e seus entendimentos sobre esses equipamentos urbanos enquanto práticas de lazer e turismo e na experiência dos autores sobre o manejo dessas áreas,

1 Revista Florestar Estatístico, nº 4, 1993.

2 Descrição: 1 – Sala São Paulo; 2 – Catavento Cultural e Educacional; 3 – Theatro Municipal; 4 – Cinépolis JK Iguatemi; 5 – Pinacoteca do Estado de São Paulo; 6 – Museu da Língua Portuguesa; 7 – Centro Cultural Banco do Brasil; 8 – Parque Ibirapuera; 9 – Mosteiro de São Bento; 10 – Jardim Botânico. (grifo nosso). Disponível em <http://www.cidadedesao paulo.com/sp/br/noticias/4385-internautas-elegem-dez-melhores-pontos-turisticos-de-sao-paulo>, acesso em 27/10/2016.

oriundas das pesquisas realizadas na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

Para tanto se faz necessário um retrospecto dos últimos 300 anos na trajetória de concepção desses espaços urbanos, desde seu marco modernamente entendido - o jardim público – até nossos dias, quando o parque urbano transformou-se num símbolo de conquista cotidiana da sociedade, como se apresentará no tópico seguinte. Nesse aspecto, os parques urbanos passam a ser vistos como elementos importantes de serviços ecossistêmicos ou ambientais para os moradores da cidade. No último tópico, ater-nos-emos a dois desses serviços: os de regulação e os de informação, cuja função ligada ao lazer e turismo é, entre outras, oferecer aos cidadãos um local com conforto ambiental e onde se possa vivenciar a natureza (ou o meio ambiente que o parque abriga) podendo ter nele atividades para um momento de lazer transformador.

2 A CONSTRUÇÃO DA IDEIA E DOS IDEAIS DE PARQUES URBANOS.

Para iniciar este tópico é necessária uma ponderação sobre o marco histórico dos parques urbanos, modernamente e atualmente entendidos. As praças e parques sempre existiram ao longo da história da sociedade ocidental, como a Ágora na Grécia antiga ou os hortos da cristandade da Idade Média. Contudo, não recuaremos tanto no tempo, pois tais concepções estão afastadas da ideia atual de parque urbano. Nosso marco é a Idade Moderna, com a invenção do Jardim Público (PANZINI, 2013), quando os parques urbanos passaram a representar um marco nas cidades. Segundo esse autor,

O termo ‘jardim público’ foi cunhado quando os guias de viajantes e os tratados começaram a utiliza-lo para indicar alguns jardins urbanos particulares, destinado a um uso relativamente coletivo. O jardim público provinha de uma amálgama entre espaços verdes e construção urbana... (PANZINI, 2013, p. 475).

É nessa lógica, da cidade e dos processos de industrialização e urbanização que viriam em seguida, que eles merecem ser entendidos (PACHECO; RAIMUNDO, 2015).

Nesse sentido, o parque urbano da sociedade industrial, erguido sobre a tradição da praça pública ancestral, foi planejado para cumprir uma função utilitarista do lazer ao enfatizar a revigoração da força de trabalho por meio da recreação, com práticas físicas e mentais, social e culturalmente estabelecidas pelas elites. Isso porque, havia por parte destas um medo suscitado pelo caos urbano, a poluição, o amontoado da população, a precariedade das habitações, o acúmulo de mortos nos cemitérios e a má circulação do ar e da água pela cidade, que traziam a necessidade de se organizar o saneamento por meio de uma política de higiene pública.

Segundo Bèguin (1991, p. 47), “o calor do encortçamento, as drogas, a vadiagem pela rua, a promiscuidade, o anonimato das pensões, a preguiça que eleger a sujeira mais do que o esforço” compõem as facetas de um conforto corporal “selvagem”, que eram vistos como negativos aos olhos dos médicos e das elites. Sob essa égide havia avaliações sobre o tipo e as condições de vida dos pobres. Estes, aos olhos das elites, se tornavam “incapazes de trabalhar e devendo, portanto, ser mantidos pela sociedade” (BÈGUIN, 1991, p. 47), o que implicaria em aumento dos gastos do Estado. Inversamente, o acesso ao conforto civilizado (casa, água corrente, ruas, praças e parques equipados e limpos) era considerado como fonte de poder sobre aquele que os utilizava. No dizer de Bèguin (1991), a maquinaria do conforto idealizado pela cultura dominante, controlava o comportamento social nos parques públicos, pois este era considerado como espaço extensivo da casa.

Corroborando com essas ideias, Panzini (2013, p. 476) indica que a abertura dos parques ao público urbano “foi consolidando um modelo cultural: encontrar-se, passear de acordo com um ritual codificado, exibir a pompa e as roupas foram costumes que passaram dos primeiros parques aristocráticos para os parques urbanos”.

Na segunda metade do século XIX, os argumentos a favor do saneamento das cidades atingem seu ápice, com as reformas urbanas implantadas na gestão do Prefeito Hausmann, pós 1840, com as revoluções das classes trabalhadoras:

(...) nas capitais europeias seguiram, cada uma a sua escala, o grande modelo de cirurgia material e social constituída pela capital de Napoleão III, em que se destacou a figura tirânica de Hausmann, o gestor da Paris Burguesa e monumental surgida entre 1853 e 1870. (MARINS, 1998, p.134)

Embora as cidades, e os parques urbanos nelas inseridos, estavam sendo planejados numa lógica bem orquestrada das e pelas elites, é importante apontar que os parques não eram pensados apenas para o desfrute da classe dominante. Panzini (2013) indica que na Paris de Hausmann, a antiga área de caça da nobreza se converteu no parque urbano de *Bois de Boulogne*, com 700 hectares, destinado às elites na zona oeste da cidade. Porém, foram planejados parques nas periferias da cidade, que se urbanizava.

[...] o parque [*Bois de Boulogne*] ficava longe demais da zona leste da cidade, onde viviam as classes operárias. O imperador, que tinha a pretensão de proteger as classes trabalhadoras, compensou-as realizando uma segunda área verde, o *Bois de Vincennes* (PANZINI, 2013, p. 498).

Assim, sob os marcos conceituais do higienismo desenvolve-se a ideia de melhores condições sanitárias associada à presença de árvores e espaços onde elas pudessem ser plantadas. Plantar árvores passa a ser uma recomendação de valorização social e política.

Associa-se a presença de árvores à purificação do ar e a criação de parques públicos ao combate das causas das epidemias. Nessa concepção, árvores e parques tornariam o ar da cidade melhor e proporcionariam maior incidência de luz natural. Da mesma maneira, passam a ser consideradas insalubres as áreas alagadas e margens de rios, merecendo a ação do Estado que, amparada pelo higienismo, promoveu aterramento, retificação, represamento, desvio, aprofundamento de canais, assim como a substituição ou a supressão da vegetação.

Curiosamente, mas complementando essa lógica, a função militar das muralhas ganharam espaços verdes a partir do século XVI. Nesse momento, as muralhas começaram a ser construídas com paredes inclinadas e recobertas com terra, para dar-lhes maior resistência (PANZINI, 2013). Rapidamente essa terra foi utilizada para plantar árvores, aumentando os espaços verdes da cidade. Aos poucos, esses locais perderam sua função militar, e já no século XIX a presença das árvores funcionava como um anel verde dos centros históricos de várias cidades europeias (PANZINI, 2013). Nesse momento, era (e é) aceitável a presença de animais domesticados, tais como ovelhas e gansos para pastagem e manutenção do gramado (THOMAS,1996), compondo, assim, uma paisagem idílica e bucólica do campo na cidade.

O higienismo consolida-se num lento processo de incorporação de novos hábitos valorizados no meio social e cultural da urbanização das cidades do século XIX. Os parques começam a ser vistos e projetados como objetos urbanos aos quais se associava a salubridade do ambiente e, por decorrência, um mecanismo de controle das emoções. Tal

controle chega ao nível das práticas físico-esportivas, sociais, culturais e manuais pré-estabelecidas, controlando aquelas atividades permitidas e tolhendo aqueles que fossem contrárias aos controles das massas pela elite.

Tal concepção é ampliada no século XX com as ideias dos CIAM – Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna -, fortalecendo uma visão industrial, ou maquinista, da cidade, que vai perdurar até os anos de 1960. Um marco deste período é a publicação da Carta de Atenas, em 1943, consagrando o pensamento de Le Corbusier que afirmava: o “urbanismo de hoje tem em consideração as condições de habitação, de trabalho, de repouso e de circulação” (LE CORBUSIER, 1977, p. 41).

Nessa abordagem, a cidade é o local de trabalho produtivo por excelência e, garantir os espaços de lazer, de circulação de pessoas e mercadorias é fundamental, assim como o é assegurar a locação das unidades de trabalho e otimizar as distâncias a serem percorridas. O cumprimento dessas funções no espaço seria viabilizado através da ocupação do solo, da organização da circulação e da legislação. Tratou-se de uma concepção já obsoleta nos dias atuais, mas que condicionou as formas de implantação de parques urbanos nessa primeira metade do século XX.

Cranz apud Magnoli (1986), reforça essas concepções a partir de um movimento criado nos EUA: o “movimento de parques americanos”. Segundos este autor, esse movimento evoluiu desde meados do século XIX até o fim do XX, em quatro fases, todas elas utilizando-se de elementos constitutivos da paisagem – água, árvores, flores, caminhos, sebes, esculturas, edificações – mas em combinações distintas e diferentes predominâncias. Cada uma das fases indica metas sociais a atingir e formas de reagir aos problemas decorrentes da urbanização. As duas primeiras etapas dessa classificação apresentam as características dos parques urbanos inseridos nessa visão de pensar e planejar a cidade higienista.

Assim, na etapa um, de 1850 a 1900, a do “*pleasure garden*”, é caracterizada por uma sociedade que se urbaniza e industrializa a passos largos, o parque é a busca de uma aproximação com a natureza, simplificando seus elementos. Nele encontra-se a ascensão e a consolidação do paisagismo inglês. O parque visa a uma atmosfera bucólica, lembrando a vida no campo, em silêncio. É um lugar para contemplação. Exercícios físicos mais exigentes ou repetitivos ou que necessitem de memorização não são estimulados. São proscritos o alcoolismo, a prostituição e os jogos de azar, assim como outras manifestações da cultura popular e da moral dos imigrantes. O parque se transforma no lugar onde o comportamento em público para passear e fazer os piqueniques é controlado pelos protetores da moral e dos bons costumes.

A etapa dois, de 1900 a 1930, chamado de “*play-ground period*”, reflete a necessidade de espaços próximos às residências e aos locais de trabalho, relacionando-se às ideias de Le Corbusier, e ganham uma programação condicionada pelos “*play-grounds*”. Difundem-se informações sobre higiene, saúde, alguma profissionalização, ginástica, atividades esportivas aos diferentes grupos, idades e sexos. Formula-se a distinção entre recreação “ativa”, para participação e “passiva”, para apreciação. A possibilidade de práticas de uso do tempo livre fez parte deste conjunto de valores de conteúdo utilitarista. Esse tempo, identificado originalmente como “recreação”, ganha novos contornos na medida em que é reificado, que se identifica com uma atividade que pode ser escolhida e que assume formas de comportamento mimético, de um “controlado descontrolado de controles emocionais” (GEBARA, 2002).

Na cidade da primeira metade do século XX, esta massa de tempo pode ser um elemento de relacionamento com uma estrutura técnica (a cidade e seus espaços equipados), planejada pela arquitetura moderna para influir igualmente na formação do

cidadão e na sua estrutura simbólica. Não conveio, portanto, na visão hegemônica, deixar o uso desse tempo desconectado da função central: o trabalho. Os parques vão se constituir num equipamento com dupla finalidade, de descanso do trabalho, no tempo livre das pessoas; e de “recuperação” do equilíbrio psicofísico por conta de atividades de recreação nada críticas.

Contudo, no pós II guerra mundial, os parques e áreas livres de uso comum, outrora inseridos nos ideais da cidade industrial “maquinaria”, ganham novas configurações e passam a assumir um caráter de resistência no confronto de diferentes percepções da vida urbana e, embora não tenham se libertado dos pressupostos higienistas, procuram responder à diversidade cultural, paisagística e ambiental.

Assim, entre 1930 a 1965, identifica-se a etapa três (CRANZ apud MAGNOLI, 1986), a “*recreation facility*”, a qual, segundo esse autor, é caracterizada pela distribuição da recreação assegurada a todos, em nível nacional, no cotidiano, em tal escala que se passa à implantação seriada e multiplicada de estádios, grandes piscinas, quadras, arquibancadas e painéis de jogos e esportes. “É massiva a participação na recreação considerada ativa[...] A padronização se estende por todos os lugares, por toda a nação, em todas as propostas” (CRANZ apud MAGNOLI, 1986, p. 118).

A partir de 1965 até 1986, data em que estas reflexões de Cranz foram publicadas, define-se a etapa quatro, onde a cidade é essencialmente vista como um todo formado de casas, fábricas, ruas, praças, parques, todos dotados de carga simbólica, a ser assumida como um espaço de vida diversificada.

Nessa última etapa, o Estado, associado a setores da iniciativa privada, implementa as políticas de revitalização urbana, refuncionalizando áreas outrora degradadas ou com uma ocupação marginal em “novas” áreas dotadas, frequentemente, de atividades e eventos ligados aos grupos econômicos que apoiaram essas operações urbanas. Os parques e áreas verdes ganham destaque nessa lógica ao serem erigidos como equipamentos que impedem a convivência de classes distintas. As classes menos favorecidas são novamente expulsas para bolsões mais distantes e os parques adquirem um papel de valorização do espaço, que tem na especulação imobiliária um de seus sustentáculos.

Com isso, e apesar da relativa vitória higienista em reconfigurar a ocupação da cidade, não impediu de todo a ação contínua de seus moradores em recriar espaços de sobrevivência que respondessem às suas necessidades objetivas e subjetivas.

[...] nunca o projeto higienista conseguirá esvaziar totalmente a rua das práticas e da presença popular. Por mais funcionais, por mais que se especializem, os espaços públicos são eternamente reinvidados, repossuídos, reinventados, por aqueles que dele fazem o jogo da vida (PECHMAN, 1994, p. 33).

A cidade contemporânea não pode mais prescindir da presença da vegetação como componente do território e da paisagem em uma malha onde os benefícios sociais e culturais para a coletividade faz alçar a cobertura vegetal da cidade como um componente da qualidade de vida. Assim, na segunda metade do século XX, as propostas de praças de esporte e lazer, os parques de entretenimento, os lugares para manifestação política, as áreas verdes para melhorar o ambiente, entre outras, são usadas para o exercício de forças políticas no corpo social.

Ocorre uma valorização dos parques urbanos, como “local de recreação, de ponto de encontro e de resgate dos valores tradicionais e, conseqüentemente, como fundamental à retomada da escala humana nas cidades” (ABRAHÃO, 2008, p. 39). Adjetivos para cidades como sustentável, ecológica, entre outras, a partir de 1970 passam a ser

evidenciadas e os parques urbanos resignificados. A cidade de Curitiba (PR) aparece como um marco deste período no Brasil, quando ganha as marcas de “cidade modelo”, “capital brasileira de qualidade de vida”, “capital ecológica” (ABRAÃO, 2008, p. 39-40). Rechia (2007) estudando Curitiba, indicou que

(...) a cidade adquiriu identidade cultural a partir da conexão do planejamento urbano, centrado em parques, com a acentuada preocupação quanto à preservação ambiental, passando a gerar um perfil peculiar da cultura local por meio dos usos cotidianos desses espaços. Assim, o ambiente urbano de Curitiba e de outras cidades do Paraná está marcado por um intenso planejamento que associa, entre outras dimensões, cultura, lazer, esporte e preservação da natureza... (RECHIA, 2007, p. 91)

Na escala mundial, a reestruturação urbana proposta para Barcelona (Espanha), por conta das olimpíadas de 1992, se configurou como modelo no plano denominado “Plano Barcelona 2000”. Segundo Abrahão (2008, p. 44), esse plano “tornou-se, a partir dos anos 1990, um paradigma para as intervenções urbanas que viriam a ocorrer posteriormente em todo mundo, por dar aos espaços públicos urbanos de titularidade pública uma imagem forte, inclusiva, de protagonismo [do poder público]”. No dizer desse autor, esse plano previa uma série de micro intervenções estratégicas no plano geral da cidade, e seu sucesso deveu-se menos aos acertos do desenho, mas mais pela vontade de querer ver a paisagem urbana mudar.

Com isso, os parques urbanos ganharam destaque que embora num modelo de cidade não totalmente alcançado, evidenciou “a introdução de um instrumento urbanístico fundamental [o parque urbano] para o resgate da cidade democrática contemporânea, seriamente ameaçada pela dissolução, fragmentação e privatização dos espaços” (ABRAHÃO, 2008, p. 45) e nas quais as atividades de lazer têm um papel fundamental para elevar os cidadãos numa perspectiva crítica, criativa e libertadora nesses e desses espaços públicos da cidade.

Os parques urbanos, no início do século XXI começam a ser pensados como pontos de encontro, onde a interculturalidade pode se expressar. Mas não é uma tarefa nem simples nem “dada”, mas conquistada cotidianamente (PACHECO; RAIMUNDO, 2015).

Com isso, os espaços livres de uso público vêm assumindo no contexto das cidades contemporâneas, os pressupostos da cidade ideal ou sustentável. Nessa lógica, está se impondo a busca por parâmetros que extrapolem a compreensão de que os parques possam ser decorrência do atual estágio social, cultural, tecnológico e comportamental, segundo os valores do que seja “civilizado” no ocidente. O parque de hoje, recheado de símbolos, atrativos e entretenimentos, escondem a construção social e cultural das quais é produto.

Ligados aos ideais de conservação da natureza e de direito ao lazer e à cidade os parques urbanos são entendidos presentemente em sua materialidade e em seu simbolismo. Essas abordagens serão discutidas no próximo tópico a partir do entendimento de elementos como a floresta urbana, os serviços ambientais e as práticas de lazer e turismo nessas áreas.

3 PARQUES URBANOS E AS FUNÇÕES ATUAIS - A QUESTÃO AMBIENTAL E O DIREITO AO TURISMO E AO LAZER NA CIDADE CONTEMPORÂNEA.

Presentemente, é necessário entender o espaço público enquanto possibilidade de afirmação da individualidade e o exercício da alteridade, sob a perspectiva da cidade em movimento, onde parques, agora, são componentes de um sistema articulador de toda a vegetação urbana, campo para a ampliação da cidadania e não mais um isolado objeto utilitário.

A questão suscitada pela existência de espaços livres de uso público nos domínios do sítio urbano, a possibilidade e qualidade do acesso e os usos que a população dá ou a legislação prevê, tem gerado certa dificuldade para o entendimento das áreas verdes, resultando em confusão sobre seu significado. Lima *et al.* (1994) captaram esta confusão, ao dizer:

as diferentes conceituações nas definições dos termos "área verde", "área livre", "espaço livre", "arborização urbana", "área de lazer", entre outros, têm-se mostrado, no mínimo, preocupantes, quer no ensino ou na pesquisa, bem como no planejamento e gestão desses espaços, onde profissionais da área, constantemente, deparam-se com a necessidade de uma linguagem única que expresse, sem dar margem a erros, suas deliberações (LIMA *et al.*, 1994, p. 540).

Considerando que a disponibilidade de espaços livres públicos deixa de ser um componente simbólico ligado apenas à ostentação do poder ou de *status* social para assumir importância como indicador de qualidade ambiental que repercute no conceito de qualidade de vida, é procedente a preocupação dos estudiosos em estabelecer critérios com os quais comparam os dados elaborados em diferentes cidades e contextos.

Interessante é observar a sistematização realizada por Guzzo (1999, apud LIMA *et al.*, 1994), onde são conceituados: *Espaço Livre* - trata-se de conceito mais abrangente, integrando os demais e contrapondo-se ao espaço construído; *Área Verde* - onde há o domínio de vegetação arbórea, englobando as praças, os jardins públicos e os parques urbanos; *Parque Urbano* - é uma área verde com função ecológica, estética e de lazer, ocupando uma área maior que as praças e jardins públicos; *Praça* - é um espaço livre público cuja principal função é o lazer. Pode não ser uma área verde, quando não tem vegetação e encontra-se impermeabilizada; *Arborização Urbana* - diz respeito aos elementos vegetais de porte arbóreo dentro da cidade. Nesse enfoque, as árvores plantadas nas calçadas, fazem parte da arborização urbana, porém, não integram o sistema de áreas verdes; *Área Livre* e *Área Aberta* - são termos que devem ter sua utilização evitada, pela imprecisão na sua aplicação. *Espaço Aberto*, traduzido erroneamente e ao pé-da-letra do termo inglês "open space", deve ser evitada, preferindo-se o uso do termo espaço livre.

Quanto à função que os espaços livres públicos assumem no contexto do ambiente urbano, Wright (1976 apud ESCADA, 1992) propõe sua classificação em três grupos distintos, a saber: espaços livres para recreação, espaços livres para conservação de recursos naturais e espaços livres para o desenvolvimento da forma urbana. Além desses aspectos, as questões da acessibilidade, disponibilidade, distância, tempo necessário para o deslocamento e a proporção área/habitante tornam-se relevantes para o planejamento.

Tais categorias, tipologias e hierarquias estão de acordo com a concepção de função. Segundo Tankel (1976 apud MAGNOLI, 1986):

os parques urbanos são parte do sistema de espaços livres de edificação [e este pode ser entendido] como todo espaço (e luz) nas áreas urbanas e seu entorno que não está coberto por edifícios; a amplitude que se pretende diz respeito ao espaço e não somente ao solo e à água que não estão cobertos por edifícios; diz também respeito aos espaços que estão ao redor, na auréola da urbanização, e não somente internos, entre tecidos urbanos (TANKEL, 1976 apud MAGNOLI, 1986, p. 112).

Essa discussão vem reverberando sobre a população que reconhece a importância do assunto como fator para a qualidade de vida. Em decorrência disso, os usos previstos ou aqueles que a sociedade vai criando, abrem um campo de participação nas decisões que passa a ser importante componente político e com implicações na gestão dos espaços de uso público.

Diante dessas dificuldades de conceituação, melhor é trabalhar com as funções dessas áreas na cidade. Disso emerge a ideia dos “serviços” por elas prestados a sociedade, caracterizados como “serviços ambientais ou ecossistêmicos”. Andrade; Romeiro (2009) caracterizam serviços ecossistêmicos como, benefícios diretos e indiretos obtidos pelo homem a partir dos ecossistemas. São, em última instância, fluxos de materiais, energia e informações derivados dos ecossistemas naturais e cultivados que, combinados com os demais tipos de capital (humano, manufaturado e social) produzem o bem-estar humano.

As funções ecossistêmicas são reconceitualizadas enquanto serviços de ecossistema na medida em que determinada função traz implícita a ideia de valor humano. De modo geral, uma função ecossistêmica gera um determinado serviço ecossistêmico quando os processos naturais subjacentes desencadeiam uma série de benefícios direta ou indiretamente apropriáveis pelo ser humano, incorporando a noção de utilidade antropocêntrica. Em outras palavras, uma função passa a ser considerado um serviço ecossistêmico quando ela apresenta possibilidade/potencial de ser utilizada para fins humanos (ANDRADE; ROMEIRO, 2009, p. 9-10)

Dentre os serviços ecossistêmicos pode-se citar a provisão de alimentos, a regulação climática a formação do solo e de informação, conforme indicado na figura 1.

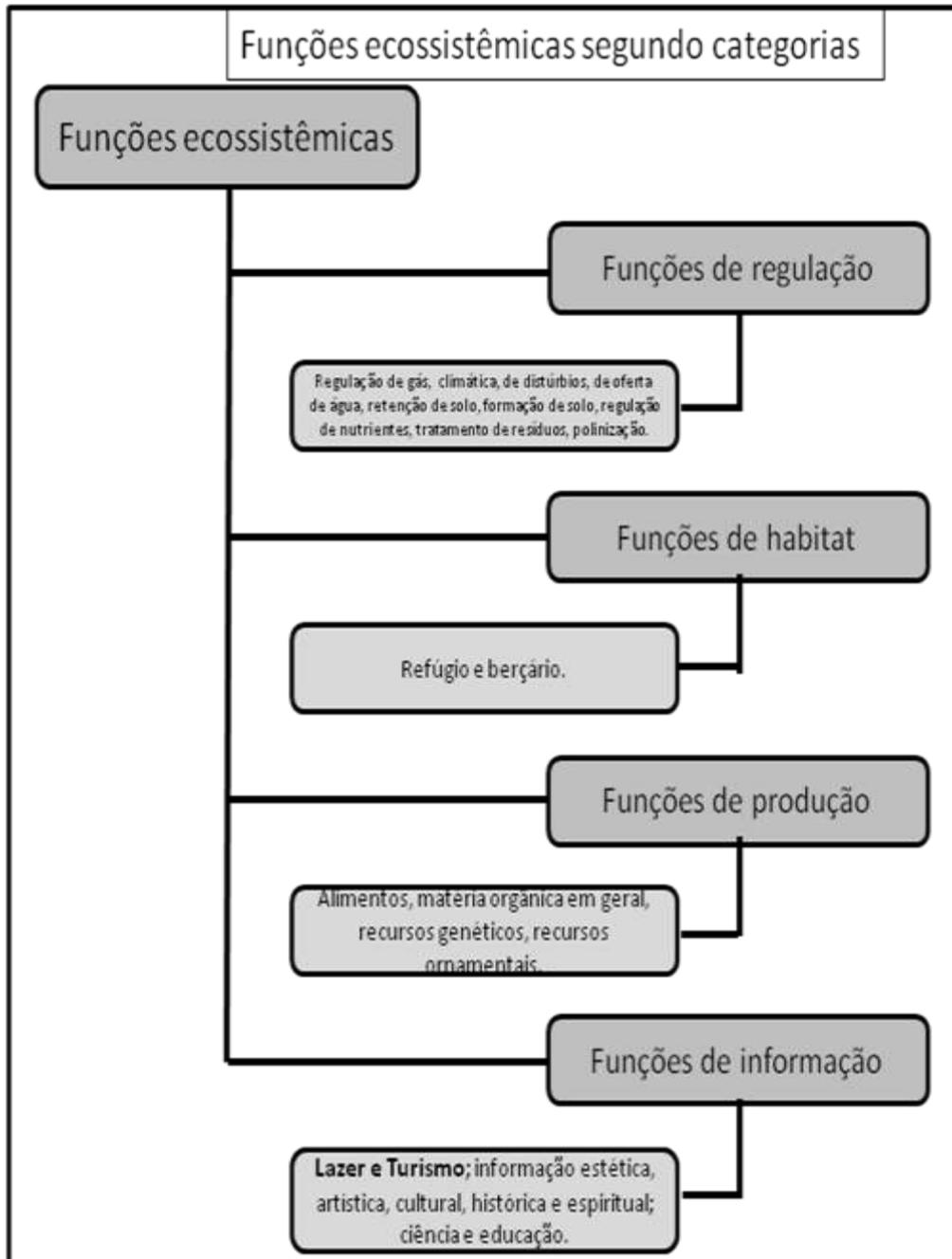
Sobre os parques urbanos e demais áreas verdes na cidade destaca-se sua função ecossistêmica de regulação e de informação, onde se encontra mais diretamente as atividades de lazer e turismo.

Sobre os serviços de regulação, ressalta-se a função dos parques para atingir o conforto ambiental nas cidades. Na década de 1960, dois irmãos arquitetos – os Olgyay – foram precursores nos estudos sobre as condições ambientais ideais para pessoas que trabalham ao ar livre. Seus estudos foram sintetizados na carta bioclimática, que indicava o conforto ambiental, conforme indicado pela figura 2.

Como se percebe pela leitura desta carta, há um *ótimo* de conforto ambiental para pessoas que trabalham ao ar livre, expresso pela faixa em cinza da figura 2. Esta faixa ideal é compreendida por uma umidade relativa situada entre 30 e 65 % e cuja temperatura situa-se entre 21 e 28°C. Fora desta faixa, a situação ambiental dos locais pode se tornar inadequada. Contudo, é preciso ressaltar que essa faixa não é estática, mas apresenta um dinamismo em função da velocidade do ar (vento) e da radiação. Trabalhos posteriores destacam também as características das pessoas (sua termo regulação – pessoas com problemas cardiovasculares, asma, bronquite, diabetes e reumáticos) e a função das vestimentas. A conjunção dessas variáveis influencia e altera as características de conforto

ambiental, modificando a zona de conforto das pessoas. Porém, como o foco deste tópico é no local, não serão discutidas essas variáveis (auto-regulação e vestimentas³).

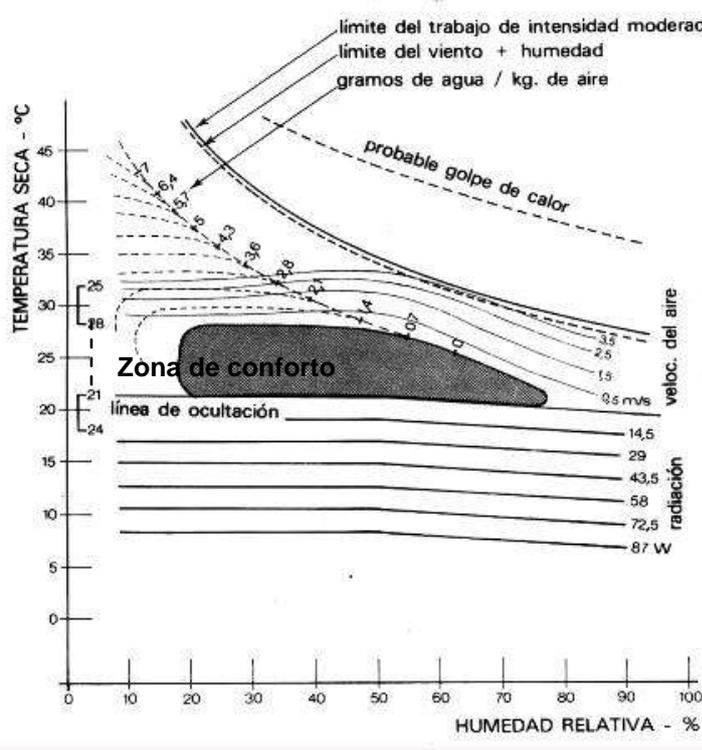
Figura 1: Funções ecossistêmicas divididas em categorias



Fonte: Adaptado de Andrade; Romeiro (2009, p. 10)

3 Sobre o papel da auto-regulação e das vestimentas para o conforto ambiental veja, entre outros, os trabalhos de Lamberts et al (2004) e de Frota (2001).

Figura 2: carta bioclimática que expressa o conforto ambiental de trabalhadores ao ar-livre.

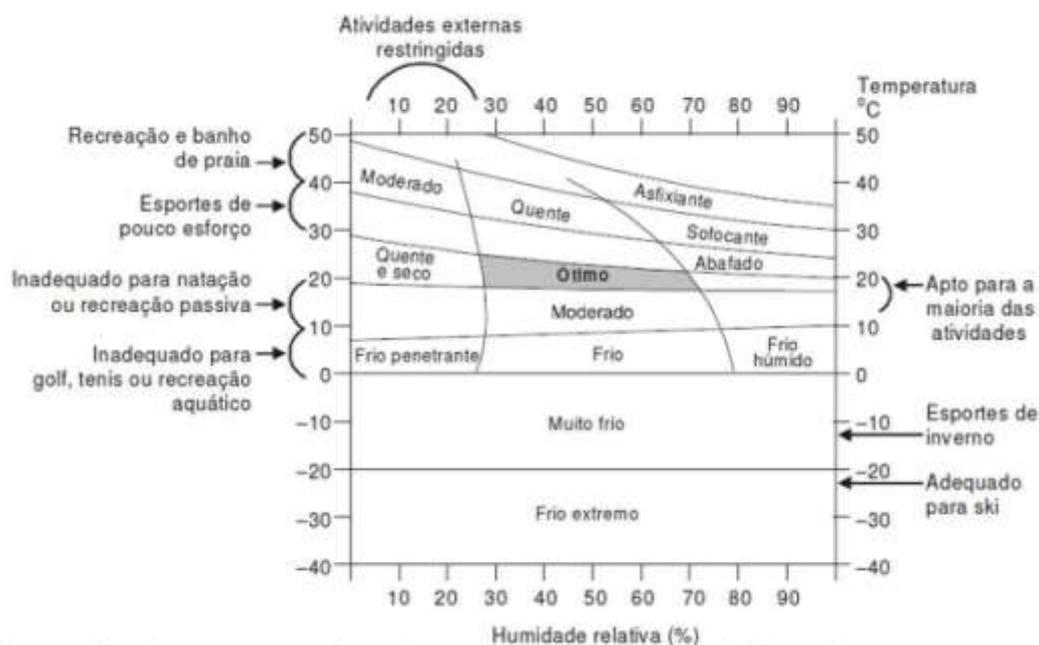


Fonte: Carta bioclimática de Olgay (1963)

Três décadas depois, Vera *et al* (1997) utilizaram as idéias da carta bioclimática dos irmãos Olgay, adaptando-a as condições de lazer e turismo, vide figura 3. Como se pode perceber, a zona de conforto ambiental é a mesma da estipulada por Olgay (1963). Contudo, algumas práticas de lazer e esportes podem exigir um risco controlado e condições ambientais mais severas. Na carta de Vera *et al* (1997) há extremos ligados às baixas temperaturas ideais para *sky* e outros esportes de inverno, cujas temperaturas situam-se abaixo dos -10°C . Da mesma forma, recreação e banhos de mar, nesta carta, necessitam de temperaturas superiores a 30°C . Contudo, para fins da discussão desse tópico, considera-se a mesma faixa de “ótimo” de conforto ambiental, indicado nessa carta da figura 3, como “apta para a maioria das atividades”, ou seja, as mesmas condições estipulada por Olgay (1963).

Nesse sentido, os parques urbanos, devido à arborização, ou mesmo à vegetação rasteira, apresentam características para garantir um conforto ambiental para os moradores da cidade em suas atividades de trabalho e de lazer. Isso porque, na faixa tropical, onde se situa a maior parte do Brasil, tais condições são conquistadas pela presença da vegetação. Segundo Santamouris; Asimakopoulos (1996, p.46),

os campos apresentam grandes superfícies cobertas de vegetação, que possuem absorção solar elevada (aproximadamente 80%) e grande parte da radiação incidente nelas é utilizada para a evapotranspiração, resultando na redução da temperatura do ar e no aumento da umidade ao redor. Adicionalmente, parte da radiação solar absorvida pela terra é usada na evaporação da sua umidade, que mantém consequentemente temperaturas moderadas.

Figura 3: carta de conforto ambiental dos locais para práticas de lazer e turismo.

Fonte: Vera et al (1997, p. 67)

Demantova (2011) fez uma revisão da função de regulação dos serviços ecossistêmicos dos parques nas cidades. Segundo ela,

Em um parque mais de 85% da poluição do ar pode ser filtrada; em uma rua arborizada esse valor pode ser de 70% [...] estima-se que em Chicago (EUA), as árvores removeram 5500 toneladas de poluentes do ar, fornecendo nove milhões de dólares de qualidade do ar em um ano [...] Uma única árvore larga pode transpirar 450 litros de água por dia, [...] reduzindo as temperaturas e as ilhas de calor nas cidades [...]. Em áreas vegetadas apenas entre 5 e 15% das águas das chuvas escapam para fora do solo, com o restante evaporando ou infiltrando no solo. Em cidades sem vegetação cerca de 60% da água da chuva é [levada] por enxurradas a bueiros [...] Pacientes com os quartos voltados para um parque recuperaram-se 10% mais rápido e necessitaram 50% a menos de medicamentos para alívio da dor, quando comparado a pacientes que tinham seus quartos virados para um prédio (DEMANTOVA, 2011, p. 83).

No que diz respeito à amenização de ruídos, a vegetação é igualmente importante, devido aos seguintes fatores: absorção do som (eliminação do som), difração (alteração da direção do som), reflexão (mudança de direção do som, ao redor de um objeto) e por ocultamento (cobertura do som indesejado) (Mascaró; Mascaró, 2002). Segundo Shibao (1984) a densidade da folhagem, a largura e espessura das folhas podem diminuir entre 3 e 8 decibéis o nível de ruído de uma área.

Assim, a vegetação arbórea, arbustiva e herbácea desempenha papel fundamental no Brasil tropical, regulando a temperatura e umidade do ar, diminuindo o som indesejado e a poluição dos espaços abertos na cidade. Ela contribui significativamente para situar os locais naquelas zonas de conforto ambiental e cumprindo sua função ecossistêmica de regulação e de contribuição para melhoria da qualidade de vida das pessoas. Estratégias

como arborização urbana de praças e avenidas, a criação de parques e demais áreas verdes e, mais recentemente, as instalações de telhados verdes e jardins verticais tem contribuído para o conforto ambiental nas cidades. O uso da vegetação nas cidades, tanto em zonas centrais quanto na periferia, já não é só um fator de salubridade, assumindo importância estratégica para se garantir condições de vida com qualidade. A vegetação urbana é um componente do qual não se poderá mais prescindir dentro de um quadro de mudanças climáticas que está muito além do poder de controle intra-urbano.

Há espaços verdes urbanizados resultantes do processo de avanço do tecido urbano sobre a vegetação primitiva. Esse processo, ora lento, ora avassalador; às vezes espontâneo, mas na maior parte das vezes induzido, legou áreas na forma de parques e praças densamente arborizados, fragmentos que testemunham a cobertura pretérita ou mesmo indivíduos isolados que resistem às ondas de ocupação. Eles podem estar em domínio público ou privado, mas sua função social independe da propriedade ou posse. Há espaços urbanificados (SILVA, 1981) que sucederam à remoção total da vegetação primitiva promovida por atividade agro-pastoril resultando em áreas verdes totalmente implantadas, seguindo as diretrizes e intencionalidades de um projeto. Jacobs (2000, p. 114) alerta que “muitos parques à beira de rios são quase sempre desenhados como se tivessem saídos de uma estamperia de tecidos” tal a artificialidade das soluções que frequentemente incorrem na falha de deixar de prever pontos de encontro.

Admitindo-se essas informações, enquanto tendência envida-se esforços agora, além da criação de novos parques, na conexão entre eles gerando uma área vegetada (florestada) idealmente única na cidade. Tal conexão pode se dar por meio de fundos de vale (os parques de fundo de vale), ou de áreas não edificadas, como redes de transmissão elétrica, entre outros.

Com este entendimento, a floresta urbana galga o patamar de bem público “de uso comum do povo, essenciais à sadia qualidade de vida”, como preconiza a Constituição Brasileira (BRASIL, 1988) por se constituir da somatória das áreas públicas de uso comum do povo (ruas, praças, parques) e de áreas de domínio privado sobre as quais incide o interesse público pelo serviço ambiental que prestam à coletividade, com efeitos diretos e indiretos, passando a ter a tutela jurídica de patrimônio ambiental, como bem de interesse público (SILVA, 1981, p. 55).

O conceito de floresta urbana é entendido “como um sistema constituído por toda a vegetação e arborização urbanas, enfatizando os usos e benefícios sociais que podem atingir o conjunto da população abrigada na cidade, assumindo o status de bem público”. (SARTI, 2009, p. 47)

O planejamento da floresta urbana deve ser dinâmico e considerar os componentes do sistema urbano em mesmo nível de importância e valoração, buscando os entrelaçamentos de fluxos entre os diversos fatores que, na cidade, como um ambiente em constante mudança, precisa de certa elasticidade.

As pesquisas devem investigar quais componentes do sistema urbano são mais resilientes em relação a tais indicadores de mudança, condicionando a implantação da floresta urbana às interseções destes quesitos. Como o grau de complexidade de todos estes componentes é reconhecidamente intrincado e dinâmico, o monitoramento constante, simultâneo e em tempo real de cada componente, passa a ser de interesse estratégico. Devem-se considerar as interfaces passíveis de ocorrer quando se introduz componentes da paisagem que devem cobrir de dez ou mais décadas, dependendo da espécie, do local de plantio, do manejo e das condições ambientais.

Um dos problemas a afligir a eficácia do manejo da floresta urbana é a baixa longevidade das mudas, o que obriga a constantes reposições. A baixa longevidade exige

trocas constantes, ampliando a produção de descartes. Mesmo quando a planta encontra condições favoráveis no início do ciclo vegetativo, necessita de décadas para se tornar plena. No mesmo lapso de tempo, a sociedade humana e, em nossas cidades de crescimento populacional cada vez mais veloz, muitas podem ter sido as mudanças no espaço, no ambiente, na paisagem, no perfil da população, na dinâmica do sistema de transportes e circulação de passageiros, no regime de chuvas, entre inúmeros outros fatores.

Com isso, instalar e realizar a manutenção de parques e áreas verdes conectados na ideia de uma floresta urbana exige tempo, recursos e paciência, mas é algo fundamental que os tomadores de decisão e os elaboradores de políticas públicas precisam se debruçar para melhorar a qualidade de vida nas cidades, oferecendo locais adequados para as práticas de lazer da sociedade.

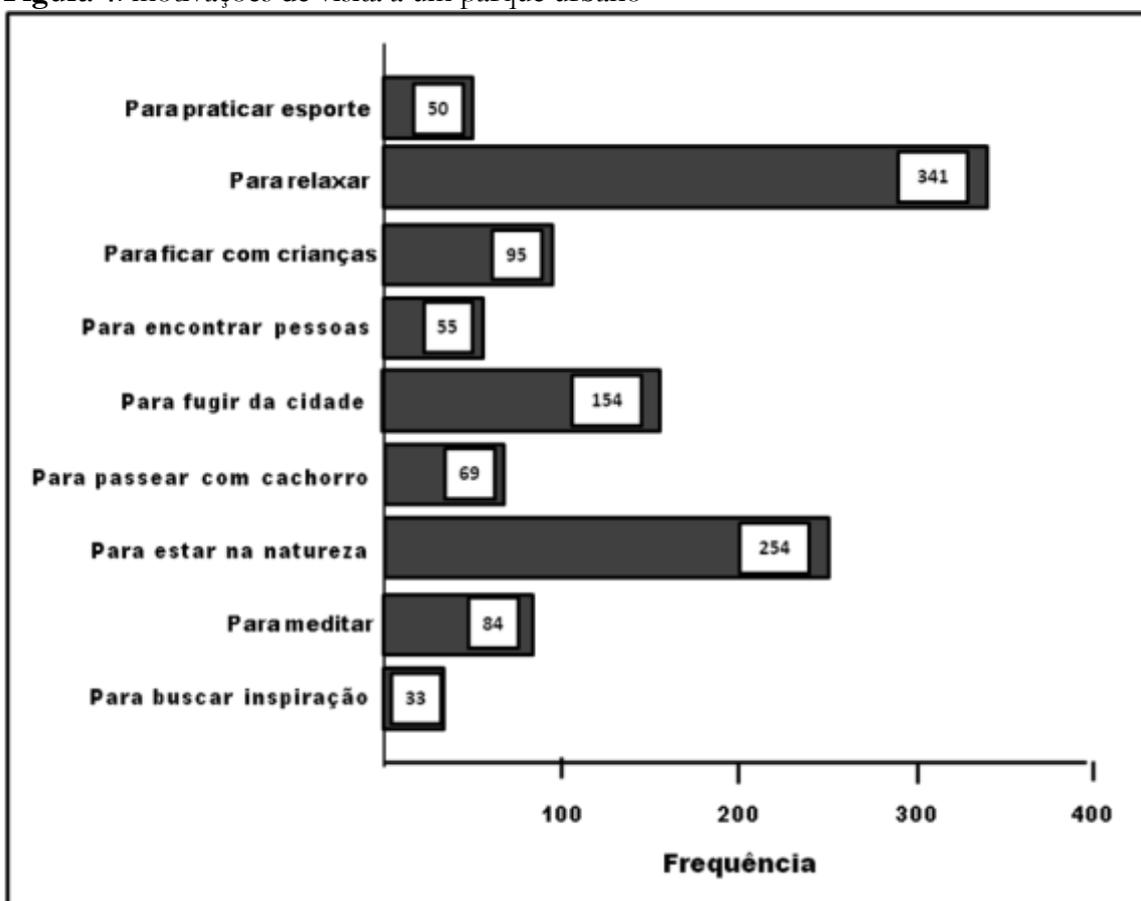
Nesse sentido, é importante relacionar os serviços de regulação com outro importante serviço ecossistêmico proporcionado pelos parques urbanos – o cultural, de lazer e turismo –. Machado *et al* (2014) destacaram esse serviço na Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da cidade de São Paulo (RBCV). Segundo eles,

a RBCV proporcionam serviços ecossistêmicos de lazer e turismo. A importância socioeconômica dessas práticas possibilita sua compreensão sob diferentes abordagens, por vezes contraditórias. No aspecto social, o lazer e o turismo compreendem um entendimento sobre as relações sociais de produção, e, ao mesmo tempo, permitem momentos, apoiados na educação não formal, para uma reflexão crítica e criativa de seus praticantes. Assim, em uma abordagem de serviços ecossistêmicos, é possível refletir sobre o papel do lazer e turismo em áreas de conservação, onde as pessoas buscam religar-se à natureza. Esse entendimento propicia grande oportunidade para as pessoas, em seu tempo livre, descansarem, se divertirem e se desenvolverem culturalmente. Na dimensão econômica, considerando o deslocamento de pessoas, faz surgir um sem-número de atividades ligadas à hospedagem, alimentação, transporte, organização de viagens, entre outras. As áreas protegidas configuram-se, então, como importantes espaços de serviços ecossistêmicos nessa temática (MACHADO *et al*, 2014, p. 13).

Atualmente, os serviços de lazer e turismo dos parques urbanos ganharam uma expressiva ascensão. Tal fato pode ser atribuído aos valores que a natureza adquiriu para a sociedade contemporânea, sendo os parques urbanos o lócus de expressão desses serviços. Nessa linha, Chiesura (2004, p. 130), destaca: “[...] a experiência em um parque pode reduzir o estresse [...], melhorar a contemplação, rejuvenescer o morador da cidade e proporcionar uma sensação de paz e tranquilidade”. Essa autora indica em seus levantamentos que foi encontrada uma relação significativa entre o uso dos parques e do estado de saúde percebido: os que usavam parques locais com frequência eram mais propensos a relatar uma boa saúde do que aqueles que não o faziam; e também demonstrou que ambientes naturais com vegetação e água induziam a estados de relaxamento e redução de estresse em observadores em comparação com cenas urbanas sem vegetação. Os elementos naturais presentes num parque urbanos eram valorizados pelos visitantes, gerando “benefícios psicológicos”, de difícil mensuração, à medida que incentiva o uso de espaços ao ar livre, aumenta a integração social e a interação entre vizinhos (COLEY *et al.*, 1997, apud, CHIESURA, 2004). As figuras 4, 5 e 6 indicam os

valores dos visitantes atribuídos à natureza de parques urbanos, encontrados por essa autora.

Figura 4: motivações de visita a um parque urbano



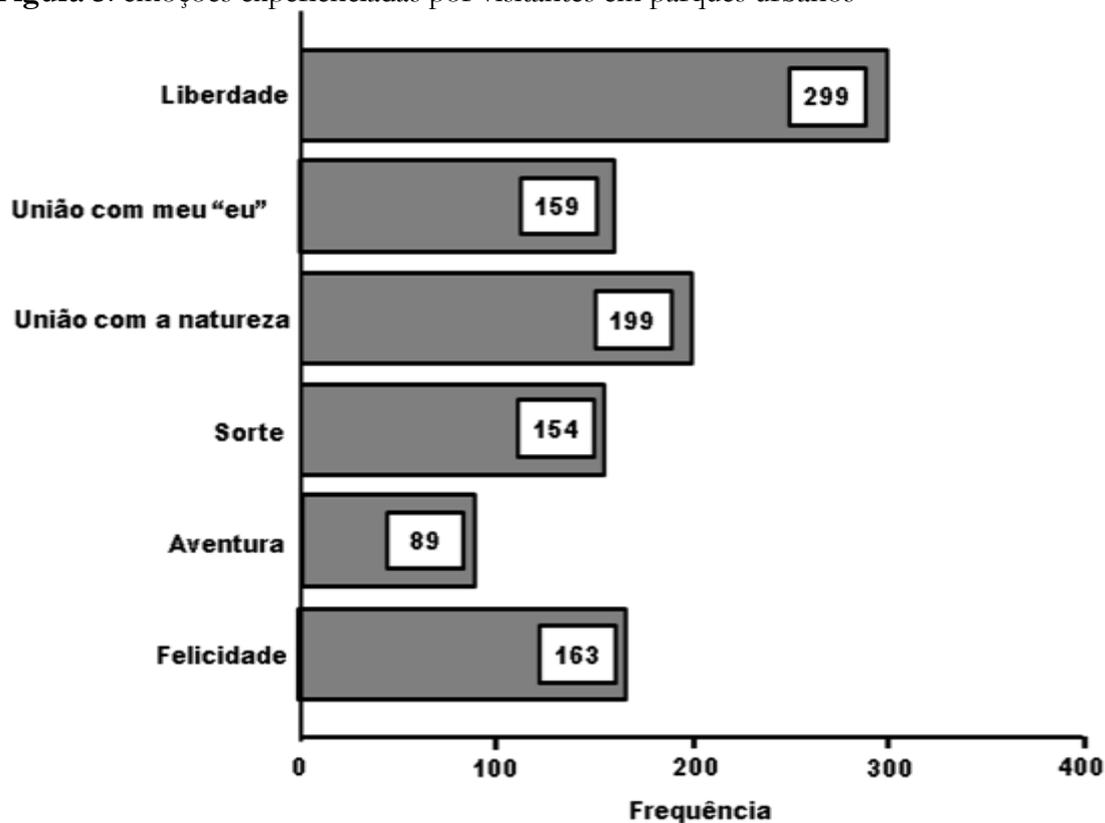
Fonte: Chiesura (2004, p. 132)

Alves; Raimundo (2009) corroboram esses dados de Chiesura (2004), quando, estudando a percepção dos visitantes do Parque Estadual da Cantareira, na cidade de São Paulo (SP), levantaram as percepções da natureza atribuídas por eles sobre o parque: tomada de consciência sobre a conservação do meio ambiente; reparação das condições físicas e mentais; conscientização sobre práticas ambientais positivas; fuga do cotidiano do trabalho e de suas relações; equilíbrio emocional (Alves; Raimundo, 2009: 355), como indicado nas figuras 7 e 8.

Essas percepções e visões são construídas em uma sociedade conectada e sob influência da mídia, que re-significa a natureza, conferindo-lhe novos valores e crenças, transformando-a numa mercadoria fetichizada. Como aponta Guimarães (2007),

Podemos dizer que a paisagem ou seus elementos constituintes impressionam o ser humano, e este passa a valorá-la ou a revalorá-la tanto nos aspectos estruturais, setoriais como subjetivos, em razão do acompanhamento das mutações dos ciclos da vida, das idéias e mentalidades de suas épocas, de seus agrupamentos sociais específicos e concepções de modo de vida, de suas experiências de integração e interação única e individual com o meio ambiente. (GUIMARÃES, 2007, p. 25).

Figura 5: emoções experienciadas por visitantes em parques urbanos



Fonte: Chiesura (2004, p. 134)

Figura 6: Dimensões emocionais dos visitantes em parques urbanos

Respostas das pessoas	Dimensão
Eu posso recarregar minhas baterias Meu equilíbrio psicofísico é restaurado Eu preciso da natureza para funcionar bem	Restauração
Eu esqueço minhas preocupações diárias Faço uma pausa do estresse da cidade Para sair da rotina do dia-a-dia	Amenidade
Dar valor a essência da vida Natureza é a base da vida Nós pertencemos à natureza	Espiritual

Fonte: Chiesura (2004, p. 135)

Figura 7: Significado da Cantareira para os visitantes

Formulação dos sentidos	Nº de incidências no discurso	%
Oportunidade de contato e interação com a natureza preservada	10	33,3%
Remanescente de Mata nativa na cidade	9	30%
- Qualidade de vida	4	13,3%
- Manutenção das tradições culturais	3	10%
- Interação social	3	10%

- Aproximação com o criador	3	10%
- Parte integrante da vida do homem	2	6,6%
- Nenhum significados	2	6,6%
- Volta às origens do ser humano	1	3,3%
- Patrimônio da sociedade	1	3,3%

Fonte: Alves; Raimundo (2009, p. 352)

Figura 8: Características do Parque da Cantareira que trazem sensações e emoções aos visitantes

Formulação dos sentidos	Nº de incidências nos discursos	%
- Contraste do cotidiano com a prática de lazer desenvolvida	16	53,3%
- Observação da fauna em seu habitat natural	14	46,6%
- Contraste da cidade e a mata avistada na Pedra Grande	10	33,3%
- Baixa demanda de visitantes	1	3,3%
- Ruídos emitidos pela fauna	6	20%
- Apreciação da paisagem natural do Núcleo	6	20%
- Observação da flora	5	16,6%
- Contemplação da paisagem do Lago das Carpas	4	13,3%
- Cheiro da mata	4	13,3%
- Saudações entre os visitantes	4	13,3%
- Silêncio no decorrer da visita	3	10%
- Prática de lazer em mata fechada	3	10%
- Contato com a umidade do ar	2	6,6%
- Contato sensorial com elementos da natureza	2	6,6%
- Trilhas com percurso em terra	1	3,3%
- Conservação do Núcleo	1	3,3%

Fonte: Alves; Raimundo (2009, p. 353)

Assim, os parques merecem ser pensados como poderosos prestadores de serviços ecossistêmicos. Os cidadãos motivados a buscar os parques urbanos para se religarem a natureza e estes parques garantindo conforto ambiental a cidade, gera uma necessidade de pensar as atividades neles desenvolvidas. Contudo, como apontam Pacheco; Raimundo (2015), o lazer deve ser compreendido como um fenômeno social complexo, fazendo necessária a observação do funcionamento destes parques. Planejar as atividades de lazer e turismo considerando o conceito funcionalista do lazer, atrelado às suas funções de diversão, descanso e desenvolvimento pessoal e social por vezes não dá conta de pensar as possibilidades de usos que os cidadãos podem ter quando frequentam os parques urbanos. Nesse sentido, os autores preferem pensar as práticas com uma

visão do lazer como fenômeno social complexo, contraditório, capaz de ao mesmo tempo proporcionar aos sujeitos momentos e vivências sociais enriquecedoras do ponto de vista educativo ou com tendências à reprodução do socialmente estabelecido. Esta dialética é facilmente observada na dinâmica de utilização dos espaços públicos no Brasil e dos parques, em particular, quando nestes podem ser desenvolvidas abordagens sobre a temática ambiental como elemento integrador (PACHECO; RAIMUNDO, 2015, p. 55).

Assim, há muito que se caminhar ainda para que os parques urbanos sejam pensados como importantes equipamentos da cidade, onde os moradores e visitantes tem acesso ao direito constitucional: o direito ao lazer, conciliando objetivos de conservação ambiental ao acesso às práticas de cultura e lazer como direito da população. Sendo esse direito mais bem atendido em um local com conforto ambiental, que melhora a qualidade de vida nas cidades.

4 CONCLUSÕES

Os parques urbanos se transformaram muito ao longo da história recente da sociedade ocidental. Passaram de elementos para o desfrute das elites e de controle social das camadas populares, para um momento atual de lócus para uma consciência sobre o viver na cidade, num ambiente mais saudável. Isso porque, os parques urbanos, desde a revolução industrial, sempre foram encarados como locais onde a natureza era, ou merecia ser conservada e reverenciada. O distanciamento da natureza que os processos de urbanização e industrialização geraram nas populações das cidades contemporâneas, sentimentos variados sobre os parques urbanos, como: de oportunidade para um auto-reconhecimento das pessoas, de ligação como a natureza e o cosmos, de santuário e paraíso perdido em meio ao caos urbanos, de possibilidades de integração com a natureza, entre outros fatores. Todos eles apresentam oportunidades de vivência dos moradores e turistas em seus tempos livres. Os parques urbanos, na lógica dos serviços ecossistêmicos de informação (de lazer e turismo) podem se configurar como um dos mais importantes equipamentos do espaço público das cidades para as práticas de lazer.

Do ponto de vista dos serviços ecossistêmicos de regulação e de garantia do conforto ambiental, os parques urbanos são igualmente os equipamentos mais importantes da cidade para atender a essas exigências. Contudo, ainda há muito que se construir, na tentativa de uma ampliação de parques urbanos ao longo de toda a cidade, conectados por fundos de vale e demais áreas livres, fazendo valer a ideia de floresta urbana. Aos gestores e elaboradores de políticas públicas fica o desafio para executar essa ampliação e manutenção da floresta urbana, constituída por vários parques, e nos quais a cidade possa ser democrática, tendo usos mais coletivos e públicos.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Sérgio Luiz. **Espaço público: do urbano ao político**, São Paulo: Annablume, 2008, 196p.
- ALVES, C.J.S.; RAIMUNDO, S. Percepção ambiental e as práticas do lazer em contato com a natureza no Parque Estadual da Cantareira Núcleo Pedra Grande, São Paulo (SP). **Olam: Ciência & Tecnologia** (Rio Claro. CD-Rom), v. 9, p. 335-360, 2009.

ANDRADE, D. C.; ROMEIRO, A. R. **Serviços ecossistêmicos e sua importância para o sistema econômico e o bem-estar humano**. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 155, fev. 2009.

BÉGUIN, François. As maquinarias inglesas do conforto. **Espaço & Debates**, São Paulo, v. 11, n.34, 1991, p. 39-54.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

CALVEZ, Hector. **El clima, el hombre en la urbanización**. Barcelona, 1981

CHIESURA, A. The role of urban parks for the sustainable city. **Landscape and Urban Planning** 68 (2004) 129–138.

DEMANTOVA, Graziella C. **Redes técnicas e serviços ambientais: integrando qualidade ambiental e de vida nas cidades**. São Paulo: Annablume, 2011, 232p.

ESCADA, M. I. S.. **Utilização de técnicas de sensoriamento remoto para o planejamento de espaços livres urbanos de uso coletivo**. São José dos Campos, 1992. 133p. Dissertação (Mestrado em Sensoriamento Remoto) – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Secretaria de Ciência e Tecnologia.

FROTA, Anésia Barros. **Manual de conforto térmico: arquitetura, urbanismo / Anésia Barros Frota, Sueli Ramos Schiffer**. — 5. ed. — São Paulo: Studio Nobel, 2001.

GEBARA, Ademir. Sociologia configuracional: as emoções e o lazer. In: BRUHNS, Heloisa Turini (Org.). **Lazer e ciências sociais: diálogos pertinentes**. São Paulo: Chronos, 2002. p. 77-91.

GUIMARÃES, S. T. L. **Paisagens: aprendizados mediante as experiências: Um ensaio sobre interpretação a valoração da paisagem**. 2007. 160 f. Tese (Livre-Docência) – Instituto de Geociência e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2007.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000

LAMBERTS, R. ; DUTRA, L.; PEREIRA, F. O. **Eficiência Energética na Arquitetura**.. 2. ed. São Paulo: PW editores, 2004. v. 1. 188p .

LE CORBUSIER. **A maneira de pensar o urbanismo**. Lisboa: Europa-América, 2 ed., 1977.

LIMA, Ana Maria Liner Pereira; CAVALHEIRO, Felisberto; NUCCI, João Carlos; SOUSA, Maria Alice de Lourdes Bueno; FIALHO, Nilva de Oliveira; DEL PICCHIA, Paulo Celso Dornelles. **Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos**. Anais do II Congresso Brasileiro de Arborização Urbana. São Luís/MA, 18 a 24 de setembro de 1994, pp. 539-553.

MACHADO, R.; SOUZA, V. C.; RAIMUNDO, S.; NOGUEIRA, S. B. **Diagnóstico dos Serviços Ecossistêmicos Culturais - lazer e turismo: uma reflexão sobre o ecoturismo, turismo rural e turismo de aventura**. In: Resumo executivo: Serviços ecossistêmicos e bem-estar humano na Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo / Elaine Rodrigues (coordenação). 1. ed. - São Paulo: Instituto Florestal, 2014, ISBN: 978-85-64808-04-1.

MAGNOLI, Miranda Martinelli. O parque no desenho urbano. In: **SEMINÁRIO SOBRE DESENHO URBANO NO BRASIL**, 3, 1986, Brasília (DF). *Anais...* São Paulo: Pini, p.112-20, 1986.

- MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. IN: Novaes, Fernando (coord.), Sevckenko, Nicolau (org.), **História da vida privada no Brasil**: 3, São Paulo: Cia das Letras, 1998, pp. 131-214.
- MASCARÓ, L.R.; MASCARÒ, J.L. **Vegetação urbana**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- OLGYAY, V. **Arquitectura y clima**. Barcelona, Ed. Gustavo Gili, 1998 (edição original de 1963, Design with climate).
- PACHECO, R.; RAIMUNDO, S. Parques urbanos e o campo dos estudos do lazer: propostas para uma agenda de pesquisa. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 1, p. 43-66, 2015.
- PANZINI, Franco. **Projetar a natureza**: arquitetura da paisagem e dos jardins desde as origens até a época contemporânea. Tradução de Leticia Andrade, São Paulo: Ed. do Senac, São Paulo, 2013.
- PECHMAN, Robert Moses. Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular. In: BRESCIANI, Stella (org.). **Imagens da Cidade** - séculos XIX e XX. São Paulo: Marco Zero: ANPUH/SP: FAPESP, 1994.
- RECHIA, Simone. Curitiba cidade-jardim: a relação entre espaços públicos e natureza no âmbito das experiências do lazer e do esporte. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 28, n. 3, p. 89-107, maio 2007
- SANTAMOURIS, M., ASIMAKOPOULOS, D. Desing Source on Passive Solar Architecture Energy Conservation in Buildings. Athens: **CIENE**, 1996
- SARTI, Antonio Carlos. **Floresta urbana**: propostas de gestão e subsídios para políticas públicas em Rio Claro (SP). 2009. 178 f. *Tese (Doutorado em Geografia – Organização do espaço) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2009.*
- SHIBAO, K. (coord.). Atenuação da poluição sonora por meio da vegetação florestal. Brasília: **ANAC**, 1984. Disponível em: <http://www2.anac.gov.br/portal/media/IAC4104.pdf>
- SILVA, José Antonio da. **Direito urbanístico brasileiro**. São Paulo: *Revista dos Tribunais*, 1981.
- THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. São Paulo (SP): Cia. das Letras, 1996.
- TISI-FRANCKWIAK, Irene. **Homem, comunicação e cor**, São Paulo, Ícone, 1991.
- VERA, J. F.; PALOMEQUE, F. L. MARCHENA, M. J & ANTON, J. 1997. **Analisis territorial del turismo**. Barcelona. Ed. Ariel. 435 p.

Urban parks and their role for the environment, tourism and leisure in the city

Abstract

Urban parks have changed their functions in the last 150 years, since spaces for social control of the masses of workers at early of industrial revolution, to places which currently are one of the greatest struggle expressions for the right to the city and for the leisure and tourism practices. In this logic, urban parks were re-symbolized; being important spaces to the ecosystem services they provide to the nowadays society. The main objective of this paper was to demonstrate the importance of urban parks as ecosystem service providers associated with two of these services: environmental regulation and information (leisure and tourism). The procedures are based in literature revision about macro theme: urban parks understood in the modernity; and analyzes developed by the authors from the debate at the research group "territoriality, public policy and conflicts in the territory conservation" at University of São Paulo. The outcomes present data on the regulatory and leisure and tourism services offered by urban parks for the citizens in the big cities and on the people's motivations to connect with the nature offered in these spaces.

Keywords: *Urban Parks; Ecosystem Services; Leisure and Tourism; Urban Forest; Urban planning.*

Artigo recebido em 13/10/2016. Aceito para publicação em 13/12/2016.